

Roteiro para Discussão nas Assembleias de Base



18, 19 e 20 de Junho de 2015

Hotel Parque das Fontes

Beberibe - Ceará



Balço Político-Organizativo da CUT CEARÁ Gestão 2012-2015

Somos Fortes, Somos CUT-CE

“Educação, Trabalho e Democracia”

A gestão da CUT-CE 2012-2015 concluiu seu mandato com um importante legado para a classe trabalhadora no Ceará a partir de três dimensões estruturais: um ambicioso **projeto político de formação** pautado pela atuação junto aos dirigentes sindicais e na ampliação do diálogo com a sociedade; o fortalecimento da **interiorização da CUT-CE** a partir da construção de uma agenda de lutas com abrangência em todas as regiões do nosso estado; e a definição do **processo de construção com os movimentos sociais de uma frente popular e democrática** articulada nacionalmente com foco imediato na defesa da reforma política pela via de uma Constituinte Exclusiva do Sistema Político.

As três dimensões essenciais da atuação da CUT-CE no período foram a base para a manutenção de uma arquitetura política alicerçada em 297 entidades sindicais filiadas a central no estado e a definição da nossa referência social e política com algumas dezenas de movimentos sociais.

No Ceará, atuamos na **construção de uma intensa agenda de lutas**, com mobilizações, inúmeras atividades de rua e atos públicos, dialogamos com as entidades filiadas, as centrais sindicais e os movimentos sociais, realizamos diversos “Dias de Luta”, paralisações e greves com foco em questões como:

- o **fortalecimento da agricultura familiar**, das políticas públicas de convivência com o semiárido e a defesa da reforma agrária;
- a **garantia do direito à educação pública de qualidade** com a defesa da destinação dos royalties do petróleo e do fundo social do pré-sal para o



financiamento da educação, o fortalecimento da conferência, fórum e plano de educação;

- **a agenda do trabalho decente e a regulamentação das convenções da OIT**, a favor da livre organização sindical e do direito de greve e contra o PL 4330 da terceirização ilimitada;
- **a defesa dos bancos públicos e das estatais**, por uma Caixa Econômica 100% pública; a Petrobrás sob controle do Estado na promoção de uma estratégia de desenvolvimento com foco nos direitos da classe trabalhadora;
- **a ênfase nas lutas por reformas estruturais**, por exemplo, a tributária com a taxa das grandes fortunas no país; a urbana na luta contra a especulação imobiliária e a habitação popular e a política na Campanha do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

Em 2013, comemoramos **os 30 anos da nossa central sindical**, com muita luta, mobilizações e atividades de formação, na capital e no interior. Realizamos a **Jornada de Lutas CUT 30 anos** e celebramos a memória e história da nossa central homenageando combativos ex-dirigentes e todos os sindicatos filiados que fazem parte da nossa história.

A **12ª Plenária Estatutária da CUT-CE** ocorreu no mês de maio, ainda no primeiro semestre de 2014, reunindo 243 delegados e delegadas, foi uma das cinco maiores plenárias da CUT no país. A presidenta da CUT-CE, trabalhadora rural Joana Almeida, destaca que a plenária estatutária do Ceará foi bem-sucedida em dois aspectos estruturais do mandato: primeiro garantiu a interiorização ao definir delegados e delegadas de todos os ramos econômicos e as regiões do Ceará; e segundo com a aprovação de 26 emendas, 02 resoluções e três moções, definiu um amplo processo de formação com debate qualificado, mobilização e intervenção política da classe trabalhadora na defesa da democracia e dos seus direitos.

No atual período, enfrentamos uma conjuntura de intensa disputa política em meio a crise econômica internacional, algo que reforça o papel estratégico da CUT na organização, mobilização e defesa do projeto político da classe trabalhadora. Os desafios existentes reforçam a necessidade de um balanço político - organizativo da



gestão 2012-2015 para avançarmos nas conquistas por **educação, trabalho e democracia**.

1. Projeto Político de Formação da CUT-CE: fortalecer do papel dos dirigentes sindicais cutistas na construção do projeto político popular e democrático.

Na gestão 2012-2015 da CUT-CE, uma representante da direção da nossa central teve a oportunidade de assumir a coordenação da Escola Nordeste de Formação da CUT – Brasil. No período nossas ações, lutas, atividades e relação com a sociedade foram pautadas pelo **eixo da formação**, compreendendo o papel estratégico da CUT-CE na organização articulada dos sindicatos, da classe trabalhadora e da sociedade para fortalecer o projeto popular e democrático no nosso país.

Realizamos duas edições da nossa **Jornada de Lutas da CUT-CE**, a primeira entre os anos de 2012 e 2013 e a segunda no ano de 2014. As jornadas realizaram atividades na capital e em diversas regiões do interior do Ceará, tais como Iguatu, Sobral e Cariri, consistindo em debates e formulação de documentos que destacaram o pensamento dos dirigentes sindicais cutistas sobre diversos temas como a democracia e a participação popular, a convivência com o semiárido, a democratização da mídia, o combate a violência contra as mulheres e a agenda do trabalho decente.

A **CUT-CE dialogou periodicamente com a sociedade**, através artigos mensais de opinião formulados pela presidenta Joana Almeida para o jornal O Povo. Entre os anos de 2012 e 2015, os artigos da presidência pautaram temas como a reforma política, a precarização do trabalho e o combate ao PL 4330 e a convivência com o semiárido.

Para **fortalecer o diálogo com a sociedade** realizamos em parceria com diversas entidades, movimentos da sociedade e intelectuais, um Ciclo de Debates pelo fortalecimento da democracia no país. As atividades contaram com a presença do teólogo Leonardo Boff, o cientista político Valton Miranda e o ex-ministro da Secretaria-geral da Presidência da República Gilberto Carvalho, reunindo respectivamente 1000 e 700 pessoas. Ocorreram em 2014 e 2015, tratando fundamentalmente dos caminhos da democracia brasileira na contemporaneidade.



A juventude foi priorizada na atual gestão, realizamos um grande encontro no ano de 2012 no qual organizamos o coletivo de juventude da CUT-CE. Entre o final de 2014 e o primeiro semestre de 2015 realizamos um curso para a juventude trabalhadora intitulado *Ser Jovem, Ser CUT, Ser Cidadão*, dialogando diretamente com a política de formação coordenada pela Escola Nordeste. O curso contou com a participação de 40 jovens, do interior e da capital, com carga horária de 90 horas distribuídas em três módulos.

A campanha do **Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político**, suscitou uma série de atividades de formação e agitação política em todo o estado, com participação ativa de centenas de sindicatos cutistas, foram cursos, plenárias populares, seminários e mobilização para a coleta de votos do plebiscito popular. Para 2015, nosso desafio é manter a mobilização e consolidar a frente política popular e sindical em defesa da reforma política no nosso país.

A política de comunicação da CUT-CE foi compreendida como estratégica na atual gestão. Todas as atividades da central pautaram a comunicação como um eixo prioritário na nossa disputa de hegemonia. Em 2013 realizamos um curso de formação para dirigentes que atuam na comunicação de rádio dos seus sindicatos com o objetivo de fortalecer nossa estratégia de comunicação em todas as regiões do estado.

A **Luta de Gênero** foi crucial na agenda política da gestão 2012-2015. A CUT-CE promoveu seminários, palestras e atos de rua, além de acompanhar diversas atividades nos sindicatos cutistas. Realizamos 03 grandes encontros estaduais de mulheres trabalhadoras, organizamos o coletivo estadual e participamos ativamente da agenda nacional da CUT com foco na construção da implementação da paridade na direção da central.

A **saúde do trabalhador e da trabalhadora foi discutida** em diversos conselhos e fóruns, onde contribuímos para o aprimoramento de políticas públicas e a denúncia de abusos do setor patronal. Realizamos uma Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador/a da CUT-CE e participamos da conferência nacional.



Na política de **combate ao racismo**, a CUT-CE iniciou um diálogo social com organizações do movimento negro como o ENEGRECER, UNEGRO, O LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, O POVO de TERREIROS, QUILOMBOLAS. Participou de conferências de políticas públicas e audiências públicas considerando questões como a implantação da lei 10.639 que obriga as escolas públicas e privadas a incluir no currículo escolar a história da África, as políticas afirmativas e o Estatuto da Igualdade Racial.

Na política social, destaque-se nossa atuação na defesa dos direitos humanos, participamos da **Comissão Estadual da Verdade** e incluímos o tema da Memória de Crimes e Torturas da Ditadura Militar brasileira na programação da nossa Plenária Estatutária, além de participar de atividades da comissão no centro de Fortaleza e na cidade de Maranguape, sempre denunciando os crimes do regime autoritário.

Lançamos o planejamento do **Orçamento Participativo da CUT-CE**, realizamos encontros de formação e organizamos um coletivo de finanças para aprofundar o debate sobre as finanças da nossa central e os caminhos para a retoma da nossa estrutura solidária entre os sindicatos cutistas do Ceará.

Realizamos **atividades de formação de dirigentes em todo o estado do Ceará**, cumprindo toda a agenda da política nacional de formação da CUT para o estado. Realizamos cursos de ORSB e FFD e lançamos o Fórum Desenvolvimento, Políticas Públicas e Ação Regional que reuniu os conselheiros de políticas públicas cutistas.

BALANÇO FORMAÇÃO 2012-2015		
Nº	ATIVIDADE	PARTICIPANTES
1.	ORSB	Cerca de 200 dirigentes e base
2.	FFD	15 dirigentes/formadores
3.	NCC	2 dirigentes/formadores
4.	DPPAR	3 dirigentes/formadores
5.	Formação para Juventude da CUT-CE	40 jovens dirigentes



6.	Formação para Mulheres	2 dirigentes/formadoras
7.	Formação em Comunicação	4 dirigentes/formadores
8.	Formação em Gestão Sindical	2 dirigentes/formadores
9.	Jornadas de Lutas da CUT-CE	Cerca de 450 dirigentes e base
10.	Plenárias, seminários, palestras e análise de conjuntura	Cerca de 5000 dirigentes e base

O planejamento da CUT-CE foi estruturado para consolidar um projeto de formação contínuo, desenvolvendo análises de conjuntura periódicas, plenárias de debates dos mais variados temas vinculados as secretarias de administração e finanças, mulher trabalhadora, juventude, igualdade racial, saúde do trabalhador/a, políticas sociais, organização, meio ambiente, comunicação e relações do trabalho.

2. A Interiorização da CUT-CE: prioridade estratégica na organização da classe trabalhadora do Ceará.

Na gestão 2012-2015, a interiorização da CUT-CE foi um elemento estrutural do seu planejamento, ou seja, todas as ações, mobilizações e lutas programadas consideraram a atuação da central sindical em todas as regiões do estado.

No período a direção da CUT-CE esteve presente no cotidiano dos sindicatos filiados, foram eleições, greves, negociações, mobilizações, atividades de formação e participação política em instâncias da democracia participativa, tais como os conselhos e as conferências de políticas públicas.

A direção estadual da CUT-CE participou ativamente de diversas atividades de lutas dos nossos sindicatos, principalmente das greves e negociações em defesa dos interesses da classe trabalhadora dos diversos ramos econômicos do nosso estado. Foram pelo menos **70 greves espalhadas em todo o estado**, nos sindicatos urbanos tais como os bancários, educação, correios, eletricitários, processamento de dados,



agentes de saúde e topiqueiros, além dos sindicatos de servidores públicos municipais.

Percorremos todo o estado do Ceará **representando a CUT-CE em dezenas de eleições**, compondo comissões eleitorais, apoiando chapas cutistas e oposições sediando e atuando na sua coordenação, além de participar das posses das novas diretorias cutistas nos sindicatos.

Foram pelo menos **80 eleições** de Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; **50 eleições** de Sindicatos de Servidores Públicos Municipais; e as **eleições dos sindicatos urbanos**, dentre as quais destaque-se: MOVA-SE, APEOC, Bancários, Correios, SINTTEL, SindUTE, SUPREMA, Sapateiros, Eletricitários, Seeaconce, SINTSEF, Comerciantes de Fortaleza, Comerciantes de Juazeiro Norte, Metalúrgicos, SINTUFCE, Têxteis e SINASCE.

Fomos ao interior do estado com formação e organização, no início de 2014 realizamos nossa **Semana Sindical** visitando 25 sindicatos da região de Sobral. A **preparação para o CECUT 2015** foi estruturada com 07 atividades no interior e na capital do estado, nas regiões do Cariri, Iguatú, Vale do Jaguaribe, Sertão Central, Itapipoca, Sobral, Fortaleza e região metropolitana.

A **Jornada de Lutas** realizou o SEMINÁRIO GÊNERO E FEMINISMO: autonomia e igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho na região do Cariri; o Seminário DESAFIOS DA CONVIÊNCIA COM O SEMIÁRIDO na região do Vale do Jaguaribe; e o SEMINÁRIO MUNDO DO TRABALHO para Fortaleza e a região metropolitana.

As nossas atividades alusivas ao **dia 1º de Maio** nos anos de 2013, 2014 e 2015 sempre pautaram a preocupação com a interiorização da CUT-CE. Estruturamos uma programação regional com diversas atividades de mobilização e luta pautados pelo temas da Convivência com o Semiárido (2013); o Fortalecimento da democracia para manter direitos e avançar nas conquistas (2014); e a Defesa da Petrobrás, da Reforma Política e dos direitos da classe trabalhadora (2015).

Entre os anos de 2012 e 2015, além das ações na capital e região metropolitana, realizamos no dia do trabalhador e da trabalhadora atividades em pelo



menos três regiões do estado, com destaque para os municípios de Icó, Ibiapina, Ocara, Barreira, Juazeiro do Norte, Canindé, Ararendá e Quixeramobim.

3. CUT-CE e Movimentos Sociais: A construção de uma frente popular e democrática a partir do eixo da Reforma Política.

No mandato 2012-2015, uma das grandes marcas da CUT-CE foi a construção de uma relação intensa com os movimentos sociais do campo e da cidade. Os anos de 2014 e 2015 foram os de maior efervescência com a construção da campanha do plebiscito popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

A CUT-CE sediou a secretaria operativa da campanha do plebiscito, acolhendo pelo menos uma dezena de movimentos sociais na coordenação das atividades. No período realizamos plenárias, cursos e atos de rua de amplitude estadual.

A direção da CUT-CE participou de duas grandes Plenárias Nacionais dos Movimentos Sociais e contribuiu em articulação com os movimentos do Ceará para garantir a coleta de assinaturas nos sindicatos, escolas, igrejas, terminais de ônibus, postos de saúde etc. Ao final garantimos mais de 400.000 assinaturas em todo o estado.

No ano de 2015, já realizamos dois grandes atos de rua e uma plenária popular com foco na defesa dos direitos da classe trabalhadora, da democracia, do combate a corrupção através da construção de uma constituinte do sistema político e do ajuste fiscal com a taxaço das grandes fortunas.

Nos dias 13 de março, 07 de abril e 15 de abril de 2015, reunimos respectivamente 5000, 2000 e 2000 militantes da CUT, CTB, MST, MAB, MOTU, Consulta Popular, Levante Popular da Juventude, UNE e UBES, dentre outros, para defender a reforma política e a pauta dos movimentos sindical e sociais.

No dia 31 de março de 2015, a CUT-CE e os movimentos sociais realizaram uma Plenária Popular de caráter estadual na sua sede, reuniu mais de 100 lideranças para o debater a reforma política, com as representações da CUT-CE, presidenta



Joana Almeida, Coalizão Democrática, presidente da CTB Luciano Simplício e o dirigente nacional da Consulta Popular, Ricardo Gebrim.

No próximo período, a direção da CUT-CE assumiu o desafio de consolidar uma frente sindical e popular com foco na agenda de lutas que se avizinham, despontando a consolidação da democracia brasileira com a definição de uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político, a reforma tributária com a taxação das grandes fortunas, a reforma urbana, a reforma agrária e o desenvolvimento sustentável.

4. Grandes eixos das Lutas e Agenda Política da CUT-CE.

Na gestão 2012-2015, a direção da **CUT-CE foi responsável pela construção de duas Plataformas da Classe Trabalhadora**, a primeira com foco nas discussões das políticas públicas municipais foi concebida em 2012 e a segunda focou nas realidades estadual e nacional no ano de 2014.

As plataformas fazem parte da própria concepção do sindicalismo cutista que compreende a necessidade de empreender suas lutas na defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, além do desenvolvimento da capacidade propositiva do sindicalismo para garantir a democratização do Estado com mais participação decisiva da sociedade, as reformas estruturais e a construção de políticas públicas que ampliem a capacidade inclusiva e a igualdade social.

Ainda no ano de 2014, atuamos em parceria com as outras 08 CUTs estaduais do Nordeste na construção da *Plataforma da Classe trabalhadora do Nordeste*. Assumimos de forma protagonista, no debate político local e regional, a defesa do projeto da classe trabalhadora, com propostas relacionadas ao nosso modelo de desenvolvimento sustentável e a construção de políticas públicas com foco na inclusão social, distribuição da renda e defesa dos direitos.

No ano de 2013, buscamos construir junto com outras centrais sindicais, uma grande frente de luta articulada em torno das nossas pautas. Em abril/2013, realizamos em Fortaleza um **dia de luta contra o PL 4330 e a precarização do**



trabalho, reunindo 3000 trabalhadores e trabalhadoras no centro da cidade, ainda em abril fomos as ruas para **defender 100% dos royalties do petróleo para a educação**, reunindo cerca de 4000 estudantes, trabalhadores/as e movimentos sociais no centro de Fortaleza.

No mês de julho/2013, realizamos **uma nova manifestação contra o PL 4330** abordando os parlamentares cearenses no aeroporto internacional Pinto Martins, além de um **dia nacional de lutas pela pauta da classe trabalhadora**. Em 30 agosto fomos as ruas novamente **contra a terceirização e a precarização do trabalho e pela destinação de 100% dos royalties do petróleo para a educação**.

No ano de 2014, realizamos diversas atividades de rua, plenárias, seminários e cursos de formação com foco na reforma política e na **campanha do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político**.

Entre os anos de 2014 e 2015, consolidamos uma agenda política que inclui:

- **a defesa da Petrobrás sob o controle do Estado** que garanta a destinação dos royalties do petróleo e do fundo social para a saúde e a educação;
- **o combate a corrupção através de uma ampla e profunda reforma política** por meio de uma Constituinte Exclusiva e Soberana;
- **a taxação das grandes fortunas** como eixo fundamental de uma reforma tributária que garanta igualdade e distribuição de renda no país;
- **a defesa dos direitos da classe trabalhadora** contra a precarização do trabalho e a garantia da liberdade e organização sindical.

Estamos **construindo a agenda política do 1º de maio/2015** sob tais bandeiras de luta em articulação com os movimentos sociais e mais uma vez priorizando a formação e a interiorização da CUT-CE.

A **construção do CECUT 2015** no chamado processo congressual, caminha de forma intensa. Realizamos uma reunião da direção estadual da CUT-CE para deliberar sobre a organização do congresso, consolidamos uma agenda de interiorização do CECUT realizando 07 encontros regionais preparatórios.



No 13° CECUT vamos discutir os grandes eixos da pauta classe trabalhadores e elegeremos os dirigentes que conduziram a maior central sindical do Ceará na gestão 2015-2018.

SOMOS FORTES, SOMOS CUT-CEARÁ.



ROTEIRO, ELABORADO PELA CUT NACIONAL, PARA DISCUSSÃO NAS ASSEMBLEIAS DE BASE DO 13º CECUT E 12º CONCURT

APRESENTAÇÃO

Encaminhamos para as entidades CUTistas este roteiro contendo um subsídio para as assembleias de base do 12º CONCURT.

Estamos passando por um momento crucial da sociedade brasileira, que enfrenta uma crise política, com impactos na economia. Os desdobramentos dessa crise, ainda imprevisíveis, dependerão, em grande parte, do papel que a Central Única dos Trabalhadores desempenha, articulando os movimentos sociais e populares no enfrentamento aos setores da sociedade que se opõem ao projeto político vitorioso nas últimas eleições.

Neste cenário, o 12º Concut assume um significado especial, por ser concebido como um processo que mobiliza, a partir das bases, as entidades sindicais CUTistas para debater os desafios colocados à classe trabalhadora nesta conjuntura, colocando-a em movimento, desta vez para defender a democracia, a reforma política, os direitos trabalhistas, a Petrobrás, o combate à corrupção e mudanças na atual política econômica, de caráter regressivo e recessivo, contrária ao projeto de desenvolvimento que vem sendo construído nos últimos doze anos.

O Concut deverá se constituir também num espaço de reflexão e de debate sobre os problemas que as/os trabalhadoras/res enfrentam no processo de trabalho e nos desafios colocados para os sindicatos ao fazer a defesa de seus interesses imediatos.

Esperamos que o roteiro contribua para o debate nas assembleias e que elas sejam massivas, com ampla participação dos/as trabalhadores/as.

1 – CENÁRIO INTERNACIONAL



No plano internacional, duros ataques são dados pelo imperialismo, que tenta retomar o controle e o espaço perdidos e mira nos direitos e nas conquistas dos trabalhadores. Pressionados, os povos e as nações da Europa estão sendo submetidos, nos últimos anos, a rigorosos planos de ajustes fiscais, que criam um cenário de desemprego, arrocho e recessão.

Na América Latina, países que estão implementando políticas de desenvolvimento que reduzem as desigualdades sociais e promovem a inclusão social de setores antes marginalizados da população e que buscam construir, no plano internacional, projetos de integração regional, sofrem a pressão imperialista que tem buscado sua desestabilização política. É o que tem acontecido na Venezuela, na Argentina e mais recentemente no Brasil.

O Brasil precisa retomar sua posição ativa no plano internacional, fortalecendo processos de integração política e econômica, como o Mercosul e a Unasul, e denunciando as tentativas de golpe e de desestabilização de governos democráticos no continente.

2 - RETOMADA DA AGENDA DO 2º TURNO DAS ELEIÇÕES

Para fazer superávit fiscal primário, o governo brasileiro deu uma guinada na política econômica em relação ao que apontou a vontade expressa nas últimas eleições. O governo Dilma adotou medidas de ajuste fiscal como parte de uma política recessiva e de arrocho, que penaliza a classe trabalhadora. A nova política econômica - Plano Levy - vem paralisando o país com cortes de gastos em obras (PAC), em universidades públicas, no FIES, nos ministérios e aumento dos combustíveis, da energia elétrica, causando muita insatisfação. Como se isso não bastasse, o impacto que a crise na Petrobrás já começa a causar desemprego, processo que tende a se acentuar.

Diante deste quadro, é fundamental que a CUT reivindique que o governo federal mude a atual política econômica, mantendo coerência com a pauta vitoriosa nas eleições. É necessário fazer as reformas que mobilizam a sua base social (agrária, urbana, política, comunicação e tributária), garantindo a defesa das conquistas e a manutenção dos direitos trabalhistas.

3. UNIDADE COM MOVIMENTOS SOCIAIS

As mobilizações do dia 13 de março de 2015 que ocorreram por todo o Brasil, chamadas pela CUT tiveram um protagonismo acertado ao construir uma



aliança com os movimentos sociais comprometidos com a defesa da democracia, da livre manifestação e contrários ao golpismo orquestrado pela direita e estimulado pela mídia.

Precisamos consolidar a unidade com os movimentos sociais e populares parceiros. Nosso lugar é nas ruas defendendo as conquistas que obtivemos com os governos Lula e Dilma e que transformaram a vida do povo brasileiro, com inclusão social, direitos e dignidade, e cobrar a pauta da classe trabalhadora, expressada na Plataforma da CUT para as eleições de 2014

4- LUTA PELA REFORMA POLÍTICA

A CUT sempre esteve nas ruas denunciando a corrupção e a influência do poder econômico sobre as decisões políticas em nosso país. Para aprofundar a democracia, valorizar a participação popular com a inclusão de negros, mulheres e jovens temos que reivindicar a Reforma Política construída e proposta pelos movimentos sociais. Não podemos aceitar que os interesses das empresas e corporações prevaleçam diante do bem estar e necessidade do povo brasileiro. Em 2014 a CUT teve participação destacada no plebiscito popular pela constituinte para a Reforma Política (quase 8 milhões de votos).

A posição da CUT é: "Corrupção se combate com Reforma Política e essa se faz com constituinte exclusiva", com o fim do financiamento empresarial de campanha. Ao mesmo tempo propomos a mais ampla unidade pelo "Devolve Gilmar". (Há mais de um ano, Gilmar Mendes vem segurando a votação da ADI 4650 que trata da proibição do financiamento empresarial de campanhas políticas. A votação no STF estava 6x1 pela proibição, porém ele pediu vistas ao processo e até agora não o devolveu nem declarou seu voto, impedindo a conclusão da votação) e contra a PEC dos corruptores (PEC 352/344) de Eduardo Cunha. Para o fim da corrupção seguimos em luta por uma reforma política ampla, que mude profundamente a estrutura do sistema político brasileiro, garantindo leis e mecanismos para participação popular nas decisões políticas.

5. DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA

Os meios de comunicação no Brasil são dominados por apenas seis grupos (famílias) que comandam o oligopólio dos veículos de comunicação, com a propriedade cruzada de emissoras de rádio e TV, revistas, jornais e portais de



notícias, descumprindo a constituição brasileira. As famílias são os Marinho, Civita, Frias, Saad, Abravanel e Sirotsky. Os Marinho da Rede Globo detêm 33% das comunicações.

Defendemos a liberdade de expressão e a comunicação como um direito para todos/as, nesse sentido, a CUT defende a implementação de uma nova lei de regulação dos meios de comunicação. A CUT deve fortalecer as relações com os movimentos sociais e seus meios de comunicação, com as mídias alternativas, assim como deve fortalecer sua própria rede, integrando a dos sindicatos de sua base. Nosso objetivo deve ser a articulação de uma mídia de que contribua para a construção de uma sociedade sem exploração, democrática e socialista.

6 – DEFENDER A PETROBRÁS É DEFENDER O BRASIL

A defesa da Petrobras como patrimônio brasileiro vai além do combate à corrupção. A corrupção deve ser severamente punida, atingindo corruptos e corruptores. Os interesses por trás da Operação 'Laja Jato', tem como objetivo acabar com o regime de partilha do pré-sal e abrir as portas para a privatização da nossa maior empresa pública, responsável por cerca 13% do PIB brasileiro.

Os impactos já começam a aparecer. Com a paralisação de contratos e obras, por conta da operação da polícia federal, uma enorme onda de demissões e de desemprego nas 24 empreiteiras envolvidas na operação se organiza, o que deve impactar diretamente na geração de empregos, pois sozinhas essas empreiteiras são responsáveis pela geração de 14% dos empregos formais brasileiros.

7 - DIREITOS DEVEM SER AMPLIADOS, NUNCA DIMINUÍDOS

A história da classe trabalhadora tem sido marcada pela luta pela conquista, defesa e ampliação de direitos. Sempre foi assim em outros países do mundo, não é diferente no Brasil. Ao desenvolver essa luta, a classe trabalhadora amplia as fronteiras da cidadania e fortalece a própria democracia. O princípio que norteia essa luta é que os direitos devem ser ampliados, nunca diminuídos.



A conjuntura brasileira mostra, mais uma vez, como esse princípio e essa tradição de luta são atuais. É com luta e com ação de massas, com a classe trabalhadora nas ruas, que fazemos a defesa do emprego e dos direitos trabalhistas. Devemos enfrentar a ofensiva dos empresários, do governo federal e do Congresso Nacional pela retirada dos direitos (MPs 664 e 665) e pela precarização das relações de trabalho (PL 4330 que regulamenta a terceirização).

8 – A LUTA PELA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

As assembléias de base do 12º CONCURT deverão discutir também os problemas concretos enfrentados pelas/os trabalhadoras/es no local de trabalho. Apesar de termos em nossas bases diferentes categorias com grau diverso de organização, esses problemas têm uma raiz comum: o corte de gastos estruturais para aumentar o lucro. São causados pela ação dos patrões que buscam aumentar seus lucros intensificando a exploração do trabalho ou pela ação de governos que buscam reduzir os investimentos com o serviço público, em nome de ajustes fiscais, propondo a redução de serviços e o rebaixamento de vínculos trabalhistas e de direitos dos servidores públicos, precarizando, assim, as relações de trabalho e o atendimento a toda a população.

No setor privado, vários mecanismos têm sido utilizados para aumentar o lucro das empresas, como o aumento da rotatividade e da terceirização, a intensificação do ritmo de trabalho, o não investimento em saúde e segurança do trabalho, a pressão para atingir metas e resultados, a perseguição a dirigentes e militantes sindicais e a repressão a qualquer iniciativa visando a organização dos trabalhadores/as no local de trabalho. Os resultados têm sido o número crescente de acidentes de trabalho, o número elevado de trabalhadores lesionados, o aumento do índice de adoecimento no trabalho e do número de afastamentos provisórios ou definitivos.

No setor público, os/as trabalhadores/as ficam à mercê das mudanças periódicas de governo, da concepção que cada governo tem de política pública, dos investimentos feitos na área e da visão dos gestores sobre o papel dos/as trabalhadores/as no desenvolvimento de políticas públicas. Em geral, os gestores públicos não se vêem como empregadores, nem reconhecem o potencial dos servidores(as) como trabalhadores(as) que pensam, que são capazes de elaborar e de propor melhorias no serviço prestado à população. São tratados como peças de uma máquina que geralmente funciona precariamente.

A falta de investimentos e o descaso com a qualidade das políticas públicas refletem-se na precariedade das condições de trabalho, como a carência de equipamentos, de material de trabalho e de reparos na infra-estrutura. O quadro vem se tornando mais grave com a substituição do/a servidor/a público/a concursado/a por terceirizados e com a transferência do serviço público para a rede privada



(Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil, Fundações e a EBSEH- Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares). Os/as servidores/as públicos/as, pressionados/as pelos gestores que descuidam das políticas públicas e pela população, que tem direito ao serviço público de qualidade, vivenciam condições de trabalho precárias e estressantes que têm provocado o aumento significativo de casos de adoecimento físico e mental.

9. ORGANIZAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO

O quadro descrito acima mostra, de forma indubitável, a importância dos/as trabalhadores/as se organizarem no local de trabalho para combater os abusos e a intensa exploração a que são submetidos/as. Para limitar o poder quase que absoluto dos patrões em explorar o trabalho é necessário que os/as trabalhadores/as se organizem no local de trabalho e instituem, nesse espaço, um contra-poder ao capital.

Embora esse direito não seja reconhecido pela legislação brasileira, no movimento sindical CUTista existem várias experiências de organização no local de trabalho, tanto no setor privado quanto no setor público. Elas mostram que direito se conquista na luta e que a ação direta dos trabalhadores/as no local de trabalho tem conseguido melhoras efetivas nas condições de trabalho. É esse aprendizado que deve ser discutido nas assembleias de base do 12º CONCUT, assim como a proposta de legislação que reconheça o direito de organização no local de trabalho e impeça práticas anti-sindicais dos patrões.

10. NEGOCIAÇÃO COLETIVA

No setor privado, as categorias mais organizadas têm conseguido, através da negociação coletiva, aumentos salariais, melhoria das condições de trabalho e avanços nas cláusulas sociais. Entretanto, na grande maioria das categorias a negociação coletiva continua prejudicada pelo não reconhecimento do direito de organização no local de trabalho, pelas restrições ao direito de greve, pela inexistência de uma legislação que coíba a demissão imotivada e pela crescente judicialização, por parte das empresas, das campanhas salariais .

No setor público, ainda não é reconhecido o direito de negociação e o direito de greve, apesar da Convenção 151 da OIT ter sido ratificada pelo governo brasileiro em 2010. Geralmente, é preciso fazer a paralisação para forçar a negociação. A negociação, de fato, nem sempre acontece. Representantes do governo recebem os/as trabalhadores, mas a pauta de reivindicações não é negociada, sob as mesmas alegações de sempre: limitações orçamentárias e da lei de responsabilidade fiscal, queda na arrecadação. A questão salarial tem sido encaminhada com gratificações que não são incorporadas ao salário, nem à aposentadoria. Diante do não reconhecimento do direito de greve, as paralisações dos/as servidores públicos/as são afetadas pela



crescente judicialização do conflito, cuja solução acaba sendo transferida ao poder judiciário. A mudança de governo, a cada quatro anos, torna o quadro ainda mais desfavorável à ação sindical. Este contexto torna mais do que urgente a demanda da CUT de regulamentação da Convenção 151 da OIT.